

Aprendendo a ler e a sinalizar: a alfabetização de surdos na Educação Básica

Learning to read and sign: literacy for deaf people in Basic Education

Isabela Marinho Menezes

Ministério da Educação (MEC)

Brasília-Brasil

Lourival José Martins Filho

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis-Brasil

Paula Aparecida Diniz Gomides

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte-Brasil

Resumo

Este artigo objetiva mapear as dissertações e teses sobre alfabetização de surdos na Educação Básica produzidas no Brasil nos últimos 10 anos. Questionamos: quais os avanços da alfabetização de surdos desde o reconhecimento da Libras como a língua dessa comunidade? Utilizamos a metodologia qualitativa, com a investigação exploratória e o uso da revisão bibliográfica, como instrumentos. As novas tecnologias, a Educação Bilíngue e o estímulo à formação inicial e continuada de professores, voltado a um ensino mais crítico e reflexivo, são as principais medidas apontadas nos 24 trabalhos utilizados. Recomendamos a produção de mais pesquisas e materiais didáticos comprometidos com o ensino de Libras e o fortalecimento da identidade surda. São latentes os impasses no reconhecimento linguístico e cultural dos surdos, com desafios, como a imposição do oralismo e da Língua Portuguesa como única, sobretudo, na alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização de surdos; Libras; Educação Bilíngue; Comunidade surda.

Abstract

This article aims to map the dissertations and theses on literacy for the deaf in Basic Education produced in Brazil in the last 10 years. We ask: what advances have been made in literacy for the deaf since the recognition of Libras as the language of this community? We used qualitative methodology, with exploratory research and the use of bibliographical review as instruments. New technologies, Bilingual Education and the encouragement of initial and continuing teacher training, focused on more critical and reflective teaching, are the main measures pointed out in the 24 works used. We recommend the production of more research and teaching materials committed to the teaching of Libras and the strengthening of deaf identity. There are latent impasses in the linguistic and cultural recognition of the deaf, with challenges such as the imposition of oralism and the Portuguese language as the only language, especially in literacy.

Keywords: Literacy for the deaf; Pounds; Bilingual Education; Deaf community.

1 Introdução

A inclusão de pessoas surdas no ensino comum tem sido uma conquista gradual e fundamental para garantir o acesso igualitário à educação. Essa inclusão, prevista em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), favorece o convívio, o respeito e a troca, primando pela pluralidade e redução das assimetrias, a partir do processo educativo. Essa medida visa diminuir as desigualdades que distanciam alguns grupos sociais da inserção em diferentes ambientes, dentre eles, o escolar (Fernandes; Moreira, 2014; Menezes; Lopes Júnior; Gomides, 2023).

A educação de surdos tem demandado novas investigações, pois, envolve o desenvolvimento de metodologias educativas pautadas nas necessidades específicas desse grupo. A Língua Brasileira de Sinais (Libras), no contexto da educação de surdos, é essencial para a comunicação e o aprendizado, reconhecida como uma língua legítima e com estrutura própria (Fernandes; Moreira, 2014). Nesse sentido, a alfabetização de surdos na Educação Básica deve ser pautada na valorização da Libras como língua materna, garantindo o acesso à educação de qualidade. Destaca-se que a alfabetização não se restringe apenas ao aprendizado da língua escrita, mas também ao desenvolvimento de habilidades de leitura e compreensão de textos (Soares, 2006).

De acordo com Müller *et al.* (2013), para promover a alfabetização de surdos na Educação Básica é fundamental que as escolas ofereçam um ambiente inclusivo, com recursos e materiais didáticos adequados, além de professores capacitados e intérpretes de Libras. Essa língua deve circular em todo o ambiente estudantil, não se restringindo aos profissionais da tradução e interpretação em sinais, conforme preconiza a Lei nº 14.191/2021, que trata da Educação Bilíngue de Surdos (Brasil, 2021).

A participação da família também é essencial. É com a interação entre escola e família que se constrói uma base sólida para o desenvolvimento educacional do aluno surdo. Além disso, a formação inicial e continuada de professores deve estar comprometida com a inclusão, garantindo que as estratégias de ensino sejam eficazes e equitativas. Há uma tensão entre metodologias mais *tradicionais* de educação e um ensino mais *crítico*, que promove a participação de todos, como protagonistas de seu próprio aprendizado (Freire, 2004; Menezes; Lopes Júnior; Gomides, 2023).

Diante da temática, indicamos a construção de um estudo de natureza qualitativa, tipo exploratório e com a revisão bibliográfica como o principal instrumento de coleta de dados. Promovemos uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o intuito de analisar as principais evidências da alfabetização de estudantes surdos, a partir da modalidade Bilíngue entre 2002 e 2023. Esse período foi definido em função da comemoração de 21 anos da Lei 10.436/2002 no último ano. Considerando esse aspecto, indicamos nossa questão de pesquisa: quais os avanços da alfabetização de surdos desde o reconhecimento da Libras como a língua dessa comunidade?

Nosso artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: na primeira seção, indicamos algumas considerações sobre a história da comunidade surda, o reconhecimento desta no cenário nacional e a Educação Bilíngue nas escolas. A segunda seção indica os aportes metodológicos que propiciaram a produção do texto. A terceira seção indica os resultados e a discussão sobre o levantamento efetuado. Destacam-se os avanços conquistados nos últimos 21 anos, sobretudo em relação ao modelo de Educação Bilíngue. Por último, são debatidas algumas considerações sobre a busca de novas metodologias para a apropriação linguística de estudantes surdos.

2 De silêncio à conquista: a história da comunidade surda que ecoa na atualidade

A história da comunidade surda é marcada por desafios, lutas e conquistas. Ao longo dos séculos, as pessoas surdas enfrentaram diversas barreiras para serem reconhecidas e respeitadas em suas diferenças linguísticas e culturais. A luta pela valorização das línguas de sinais e pelo direito à educação inclusiva e acessível, em diferentes países, foi fundamental para a conquista de direitos e para a inclusão social e linguística das pessoas surdas (Menezes; Lopes Júnior; Gomides, 2023).

Durante muito tempo a comunidade surda foi marginalizada e invisibilizada, tornando-se alvo de preconceitos e discriminações. O reconhecimento apenas do português como a língua oficial do país, em nossa Constituição Federal (Brasil, 1988), dificulta a comunicação e o acesso aos direitos básicos ao público surdo, como educação, trabalho e saúde. A ausência de intérpretes de Libras nos espaços públicos e a falta de políticas voltadas para a inclusão da comunidade surda também contribuíram para a exclusão e a invisibilidade. “No que diz respeito à pessoa surda, a trajetória do movimento político de luta e resistência contra a oralização em direção à propagação da língua de sinais é pertinente e tem sido a maior posição levantada pelas comunidades surdas” (Morais; Martins, 2020, p. 3).

Aprendendo a ler e a sinalizar: a alfabetização de surdos na Educação Básica

No cenário nacional, é importante ressaltar o papel dos movimentos surdos na luta pelos direitos e inclusão. Organizações como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e a Associação de Surdos de São Paulo (ASSP) têm desempenhado papel fundamental na defesa dos direitos da comunidade surda, na promoção da cultura surda e na busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Fernandes; Moreira, 2014).

A partir da década de 1980, com a mobilização e a organização dos surdos e de seus apoiadores, ocorreram avanços significativos. Em 2002, a Lei nº 10.436/2002 foi promulgada, reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil (Brasil, 2002). Essa conquista foi fundamental para a valorização da comunidade surda e o fortalecimento da identidade surda. A lei também determinou a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e em cursos de Fonoaudiologia, proporcionando maior conhecimento e melhor compreensão da língua e da cultura surda. Essa medida contribuiu para a formação de intérpretes e a ampliação do acesso à educação inclusiva (Menezes; Lopes Júnior; Gomides, 2023).

A Lei nº 13.146/2015 estabelece diretrizes e normas para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação de qualidade. Essa lei já tratava da Educação Bilíngue de surdos, que visa garantir o desenvolvimento pleno dessa comunidade, promovendo o aprendizado e a fluência tanto na Libras (L1) quanto na língua portuguesa escrita (L2) (Brasil, 2015). Em vista disso, se reconhece a importância da Libras como meio de comunicação natural dos surdos, a partir de ações educativas que promovam a valorização de sua cultura e identidade.

Em 2021, a Lei nº 14.191/2021 determinou a inclusão da modalidade bilíngue na LDB, contribuindo ainda mais com a adoção da medida em todo o processo educacional, primando por um entendimento socioantropológico da surdez, a partir da valorização da cultura e da identidade surda. A medida indica a seguinte definição para a Educação Bilíngue:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua (Brasil, 2021, Art. 60A).

Para Moraes e Martins (2020), a Educação Bilíngue considera as particularidades linguísticas e culturais dos surdos, proporcionando um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível, com a presença de profissionais capacitados em Libras e de recursos visuais e tecnológicos. Contudo, o bilinguismo não se lança apenas sobre o ensino e

instrumentalização dos indivíduos em duas línguas distintas, mas sim, abrange todas as áreas do conhecimento, como matemática, ciências e história, visando garantir o desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

De acordo com Müller *et al.* (2013), o fenômeno do *bilinguismo* tem se desenvolvido em todo o mundo em um cenário recente. O aumento dos estudos na área identificou, inclusive, debates sobre as relações de poder que envolvem a imposição de línguas dominantes sobre línguas minoritárias.

[...] no caso da comunidade surda, a L1 é fundamental para que as crianças surdas tenham acesso à língua de sinais para garantir o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, do pensamento; e o domínio da L2, na modalidade escrita, é necessário para que os sujeitos surdos possam fazer valer os seus direitos em sociedade (Müller *et al.*, 2013, p. 3).

Apesar das leis e diretrizes que garantem a Educação Bilíngue de surdos, ainda existem desafios a serem superados. Muitas escolas ainda não estão preparadas para atender às necessidades específicas dos surdos, faltam profissionais capacitados e ainda se faz necessária a conscientização sobre a importância da inclusão e da valorização da cultura surda. Portanto, de acordo com Menezes, Lopes Júnior e Gomides (2023), é fundamental que as leis que tratam da educação de surdos sejam efetivamente aplicadas, com a destinação de investimentos na formação de profissionais e adequação das escolas.

3 Metodologia

Indicamos a realização de um estudo de natureza qualitativa, de tipo exploratório e com a revisão bibliográfica como o principal instrumento. A pesquisa qualitativa mostra-se comum nas ciências sociais e humanas, uma vez que busca compreender e interpretar fenômenos complexos e subjetivos (Gil, 2010). Em relação ao tipo exploratório, este é estimulado quando se deseja conhecer com maior profundidade um tema ainda pouco enfocado, ou que ainda não foi amplamente estudado, como é o caso da alfabetização de surdos.

No que lhe concerne, a revisão bibliográfica auxilia na identificação e análise dos estudos já realizados sobre a temática. Com o mapeamento das bibliografias, é possível coletar as principais teorias, métodos e práticas que têm sido utilizados nesse contexto, bem como, identificar lacunas e pontos de divergência na literatura. Utilizamos a Análise de Conteúdo temática, estabelecendo, inicialmente, uma leitura flutuante, seleção dos eixos

Aprendendo a ler e a sinalizar: a alfabetização de surdos na Educação Básica

temáticos a partir dos quais os trabalhos foram organizados e, em seguida, a construção dos núcleos de sentido produzidos a partir da bibliografia examinada (Minayo, 1999).

O levantamento das produções foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com a utilização dos descritores: “alfabetização e surdos”, “alfabetização e surdez”, “letramento e surdos” e “letramento e surdez”. Esses termos deveriam aparecer nos títulos dos trabalhos, a partir do recorte temporal: 2002-2023 (21 anos). Priorizou-se os processos de alfabetização e/ou letramento de surdos na Educação Básica, pautados na aprendizagem da língua: Libras ou língua portuguesa.

Dentre 40 bibliografias encontradas, foram selecionados 24 trabalhos, a partir dos seguintes critérios: enfoque na alfabetização de surdos, exclusão de trabalhos repetidos, exclusão de trabalhos que enfoquem outras disciplinas, sem envolvimento direto com a alfabetização de surdos, seja em Libras ou em língua portuguesa. O quadro 1 apresenta as bibliografias levantadas, a partir dos títulos dos trabalhos, autoria/ano, natureza (dissertação ou tese) e a presença (ou ausência) de produto educacional como resultado da pesquisa, em geral, nos cursos profissionais:

Quadro 1 - Bibliografias levantadas

Título	Autor/ano	Natureza	Produto Educacional?
Práticas pedagógicas de língua portuguesa na alfabetização com estudantes surdos no Centro de Atendimento ao Surdo Amapá	Caridade (2023)	Dissertação	Sim
Tecnologias digitais para a alfabetização de surdos: portfólio digital como suporte pedagógico	Reis (2022)	Dissertação	Sim
Alfabetização e letramento: desafios e possibilidades na prática pedagógica no ensino bilíngue de surdos	Gonzales (2022)	Dissertação	Sim
Concepção e desenvolvimento de um software educativo para apoio no processo da alfabetização bilíngue da criança surda	Azevedo (2021)	Dissertação	Sim
Literatura surda nas práticas de professores surdos em escola bilíngue	Queiroz (2021)	Dissertação	Não
Contribuições do pensamento de Paulo Freire para a alfabetização bilíngue em libras/português de crianças surdas	Rodrigues (2020)	Dissertação	Não
Professor surdo: desafios na construção de uma prática bilíngue	Hollosi (2019)	Tese	Não
Alfabetização e letramento de alunos com surdez no ensino comum	Ramos (2018)	Tese	Não

História da alfabetização: leitura e escrita para surdos (1962-1986)	Duarte (2017)	Dissertação	Não
Escola bilíngue para surdos: constituição de práticas que configuram um espaço bilíngue	Drumond (2017)	Dissertação	Não
O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise sob a perspectiva dos professores	Bomfim (2017)	Dissertação	Não
Práticas de letramento de alunos com surdez na perspectiva bilíngue em espaços de AEE	Silva (2016)	Dissertação	Sim
Letramentos e surdez: histórias de uma professora ouvinte no mundo dos surdos	Almeida (2015)	Tese	Não
Processos de construção e desenvolvimento de currículos para surdos com deficiência em uma escola bilíngue para surdos	Martins (2015)	Dissertação	Não
Mosaico da escola de surdos: fragmentos das educação bilíngue	Chiella (2015)	Tese	Não
A alfabetização/educação de surdos na história da educação do Espírito Santo	Rodrigues (2014)	Tese	Não
Um estudo sobre a escrita inicial de crianças surdas em fase de alfabetização	Lima (2014)	Dissertação	Não
Educação bilíngue para surdos: práticas discursivas em tempos de exclusão	Bosco (2014)	Dissertação	Não
A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas	Barbosa (2011)	Dissertação	Não
Alfabetização e letramento: o aprendizado da língua portuguesa por sujeitos surdos	Araújo (2010)	Dissertação	Sim
Requisitos para um ambiente de comunicação como ferramenta de apoio à alfabetização bilíngue de crianças surdas	Bueno (2009)	Dissertação	Sim
Avaliação de capacidades associadas à alfabetização bilíngue de crianças surdas: um protótipo de sistema Web baseado numa metodologia da psicologia experimental	Paula Júnior (2009)	Dissertação	Sim
Letramento de alunos surdos em classe bilíngue: possibilidades desafios	Oliveira (2008)	Dissertação	Não
Letramento, surdez e identidade	Santos (2006)	Dissertação	Não

Fonte: Elaboração própria (2024).

Esclarecemos que o produto educacional ao qual fazemos menção se refere à aplicação prática das pesquisas desenvolvidas, principalmente nos Mestrados Profissionais, com a construção de ferramentas pedagógicas diretamente articuladas às temáticas debatidas. Os produtos podem ser *softwares*, apostilas didáticas voltadas aos estudantes ou

que possam atuar na formação de professores. Acreditamos que a análise dos estudos já publicados, favorece a identificação das principais abordagens de ensino da leitura e escrita para surdos, como a modalidade bilíngue, por exemplo.

4 Alfabetização de surdos: evidências nas pesquisas levantadas

A presente seção inicia a apresentação dos textos utilizados em nossa revisão bibliográfica. Caridade (2023) mostra como se desenvolveu o ensino de língua portuguesa a estudantes surdos no Centro de Atendimento ao Surdo Amapá, como L2. A pesquisa se desenvolveu a partir de entrevistas com quatro professoras ouvintes e duas professoras surdas. Nota-se que esse ensino é desafiador e deve ser articulado às vivências e realidades dos estudantes surdos. Como resultado da pesquisa, foi criado um guia prático, que visa orientar futuros docentes de alunos surdos a lidarem com temas, tais como: a importância da Libras na aprendizagem da LP, a formação específica na atuação com estudantes surdos, os métodos de desenvolvimento de L2, a avaliação, dentre outras temáticas.

Reis (2022) debateu o uso das tecnologias na aprendizagem de LP, estimulando a adoção de metodologias pautadas na visualidade e nos recursos digitais. O município de Monte Santo (BA) foi escolhido para a investigação, que mostra a estagnação do poder público, Municipal e Federal, em relação às medidas empreendidas pela legislação. Essa pesquisa também gerou um produto, constituído como um *e-portfólio*, com a indicação de estratégias para que os docentes do município se instrumentalizem.

Gonzales (2022) investiga as práticas de letramento e alfabetização em uma escola bilíngue em um município de São Paulo (SP). A pesquisa mostra que a maioria dos docentes participantes não apresenta um entendimento aprofundado sobre os princípios da Educação Bilíngue de Surdos, algo que dificulta sua aplicação na realidade em sala de aula. Por esse motivo, as formações devem ser desenvolvidas com professores e os dirigentes das instituições. Assim, a pesquisa desenvolveu um curso de formação de professores de surdos, como produto educativo.

O trabalho de Azevedo (2021) explica a relação entre o desenvolvimento da linguagem nas crianças e a socialização, bem como, a exposição a uma língua acessível, a Libras. Explora-se a presença das novas tecnologias para a promoção de um ensino inclusivo a esse público. Contudo, ainda são incipientes os *softwares* que colaboram com essa modalidade. Em função disso, o *Alfalibras* é criado, contendo orientações para o trabalho de docentes no

desenvolvimento da linguagem e alfabetização em Libras e língua portuguesa, com atividades interativas e diversificadas.

Ainda sobre a diversificação na alfabetização de surdos, destaca-se o texto de Queiroz (2021), que mostra como a Literatura Surda pode potencializar as experiências formativas, já que estimula a ludicidade e a contação de histórias. Quatro docentes surdos foram entrevistados, e defenderam a importância da inclusão dessa literatura nos currículos voltados à educação de surdos. A Literatura Surda potencializa a experiência visual, o domínio da Libras como primeira língua e o desenvolvimento de uma identidade positiva em relação à influência proporcionada pela visualidade às práticas pedagógicas.

O trabalho de Rodrigues (2020) mostra que a década de 1990 foi decisiva para a comunidade surda, já que a partir desse período, foram intensificadas as lutas por seu reconhecimento e valorização. Com isto, a Educação Bilíngue de Surdos é problematizada, tendo em vista a inspiração freireana, considerando um ensino emancipatório e democrático. Desta maneira, a *práxis* de uma professora de surdos foi observada, com a presença de diferentes princípios de Paulo Freire: respeito aos saberes, autonomia, segurança, competência profissional e generosidade.

Hollosi (2019) problematizou reflexões de docentes que atuam com estudantes surdos, verificando a importância do contato com a Libras e indivíduos surdos desde os Anos Iniciais de aprendizagem, enfocando o desenvolvimento do Ensino Bilíngue. O trabalho inspirou-se na abordagem Sócio-histórico-Cultural e identificou desafios, como a falta de aporte metodológico para a atuação docente, algo que parece se repetir, considerando as próprias trajetórias dos sujeitos investigados.

Ramos (2018), acompanhou os processos de alfabetização de dois indivíduos surdos, demarcando situações de exclusão do próprio processo educativo, já que um deles foi impedido de se matricular, em decorrência da surdez. As análises das fases pelas quais os sujeitos passaram, em seu processo de alfabetização em língua portuguesa, foram realizadas sob a inspiração de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Destaca-se a importância da inclusão nas escolas comuns e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a presença de docentes surdos, a formação continuada, com foco no atendimento da surdez como uma diferença cultural e o trabalho de conscientização escolar.

Em adição, o trabalho de Duarte (2017) enfocou os processos de alfabetização de 4 surdos, que estudaram entre 1962 e 1986. O recorte educacional da época indica métodos

sintéticos e analíticos que não surtiram resultados satisfatórios para a construção de significações referentes à sua aprendizagem. O ensino da época não considerava as experiências dos sujeitos. Cabe, assim, a problematização sobre qual seria o ‘lugar’ da Libras na alfabetização de estudantes surdos e as heranças de um ensino predominantemente tradicional, que dificultam a aprendizagem da língua.

Drumond (2017) relaciona a inclusão educacional de surdos às políticas que tratam do tema. As práticas pedagógicas de uma escola bilíngue foram observadas, com o destaque para os conflitos ideológicos na convivência entre surdos e ouvintes, algo que influencia de forma negativa a inclusão, a partir da imposição do ouvintismo. A pesquisa evidencia ainda que o entendimento da surdez do ponto de vista clínico-terapêutico permanece influenciando o processo educacional, demandando, como consequência, mudanças na forma como as pessoas surdas são recebidas nas instituições de ensino.

Em concordância, Bomfim (2017) aponta os desafios a partir dos quais o trabalho de docentes que atuam com surdos, em relação à formação inicial, continuada, formal e não formal. A inexistência de uma Política de Educação Bilíngue dificulta a qualidade do ensino ofertado, juntamente ao fato de a Libras não constar como uma segunda língua oficial de nosso país, tal como a língua portuguesa. Nove docentes que participaram desta pesquisa mostraram uma formação ineficiente, principalmente quanto ao uso da Libras e dos conhecimentos básicos sobre a identidade e a cultura surda. A falta de materiais voltados a esse ensino também é destacada.

Silva (2015) problematiza as práticas pedagógicas de letramento desenvolvidas com estudantes surdos no AEE a partir da implementação de um ‘plano de ensino bilíngue’, pautado no uso de sequências didáticas, considerando as fases de desenvolvimento da linguagem e tendo como base o ensino de Libras como L1 e de língua portuguesa como L2. O material abarca a visualidade, essencial para o ensino de estudantes surdos, a contextualização dos conteúdos a partir dos conhecimentos já constituídos e a utilização de estratégias voltadas ao ensino de língua portuguesa, como L2. Desta maneira, as línguas de sinais figuram como fundamentais nos processos que levam à Educação Bilíngue de Surdos.

Almeida (2015) apresenta as narrativas de uma professora ouvinte que atua com a surdez no ensino de língua portuguesa. Ao analisar sua própria prática, a professora acredita que sua abordagem poderia ter sido mais flexível, uma vez que nem sempre os estudantes

tiveram abertura para compartilhar suas vivências. Em igual medida, sua presença como ouvinte foi vista, em muitos momentos, com resistência, diante das imposições curriculares às quais esses estudantes estão comumente condicionados. Além disso, o ensino da segunda língua sem a utilização da primeira, a Libras, como base, pode ter levado à desmotivação e à evasão.

Marins (2015) evidenciou a construção de currículos em uma escola bilíngue para surdos. A pesquisa destaca a importância da livre expressão das línguas de sinais, cultura e identidade surda, além das relações de poder que envolvem a sobreposição de uma língua e identidade sobre a outra. A formação de professores é estimulada como fundamental para o respeito às individualidades presentes no processo educativo. O compartilhamento de experiências exitosas também é abordado, uma vez que ainda não é tão comum, a problematização de um ensino devidamente formatado para esse público.

Chiella (2015) enfocou diálogos com docentes que atuam na educação de surdos, mostrando que a Educação Bilíngue ainda ocorre a partir de muitos percalços, como a falta de docentes surdos e profissionais proficientes. Desta maneira, é fundamental a reformulação dos currículos, pautada na diferença e no modo de vida surda. O ensino de uma língua escrita, como a língua portuguesa, deve estar alicerçado ao contexto dos estudantes e desenvolvido com a utilização da Libras.

Pude constatar que a presença da língua de sinais é uma potencialidade. A língua de sinais é, sem dúvida, o elo importante da escola de surdos, pois é por meio dessa língua, na escola, que ocorre o encontro social entre os surdos. Constata-se, porém, a carência e até ausência de professores surdos nas salas de aulas das escolas pesquisadas. Isso significa que a escola de surdos pode ter deixado de ser o espaço de atuação e ter a constante presença de surdos adultos como modelos surdos. Essa ausência gerou e gera críticas, mas embasa o discurso de que são os surdos que fortalecem os movimentos em prol da legalidade da escola bilíngue de surdos. Embora seja fundamental a política surda, poucas escolas contam com surdos professores. Com o fortalecimento do movimento surdo e com a necessidade de os surdos ocuparem outros espaços sociais e o mercado de trabalho, a escola fica em segundo plano (Chiella, 2015, p. 209-210).

Em concordância, Rodrigues (2014) investiga como se deu a educação de surdos no Espírito Santo (ES) entre 1950 e 1970, sob a gestão do então presidente Juscelino Kubitschek. As políticas educativas destinadas a esse público, fundamentaram-se nos métodos oral e *Perdoncini*, com o objetivo de ensinar a língua portuguesa e estimular a oralidade, coadunando com as concepções pedagógicas da época. Contudo, esse recorte histórico nos mostra os prejuízos trazidos por essa imposição da cultura oralista e do método clínico-

terapêutico, que buscavam a ‘normalização’ da pessoa surda à maioria ouvinte, influenciando os métodos educacionais até os dias atuais.

O trabalho de Lima (2014) ressalta o processo de ensino e aprendizagem linguística de crianças surdas. A pesquisa indicou práticas pedagógicas voltadas à perspectiva oralista, que busca levar o estudante a adotar práticas e comportamentos típicos dos alunos ouvintes, sem condições adequadas. As aulas de duas crianças surdas foram acompanhadas, condicionadas à exclusão, sem aportes que as levem à construção de sentidos, possibilitada pela contextualização dos conhecimentos ministrados:

consequentemente, ao deixar de lado uma metodologia imposta por uma cartilha e partindo da leitura e do mundo das crianças, o educador passa a mediar e participar do processo espontâneo de conceitualização da língua escrita” (Lima, 2014, p. 128).

Bosco (2014) também estimula essa articulação com as realidades dos estudantes, ao analisar duas escolas: uma escola inclusiva com proposição bilíngue e uma escola bilíngue para surdos. As escolas bilíngues são destacadas como espaços nos quais a Libras pode operar com maior intensidade, a partir de um ensino voltado especificamente para as necessidades de aprendizagem. Contudo, é problemático que os tradutores e intérpretes de Libras sejam, em muitos casos, responsabilizados pelos insucessos de uma educação ofertada de forma deficitária.

O texto de Barbosa (2011) aborda os benefícios da tecnologia assistiva digital, considerando os benefícios dos recursos tecnológicos para a alfabetização de surdos. A pesquisa enfoca os poucos recursos disponíveis para o ensino de surdos, principalmente em relação aos materiais e metodologias. Os resultados apontam para o aumento da motivação e autoestima. “Acredita-se que é necessário mais incentivo por parte dos órgãos competentes para que haja mais pesquisas voltadas para esta temática, visto que estudos nesta área ainda são escassos no Brasil” (Barbosa, 2011, p. 162).

Araújo (2010) enfoca estudantes surdos de Belo Horizonte (MG), evidenciando sugestões para o ensino da língua portuguesa. Esse ensino, conforme aponta, se dá a partir de hiper-simplificações, com léxico limitado, baixo domínio de estruturas de coordenação e subordinação, dentre outros fatores. Em função disso, a busca por práticas pedagógicas interessadas na contextualização e na construção de saberes pautados nas realidades dos estudantes são estimuladas. Um caderno de atividades resulta desta pesquisa. É interessante

notar que em 2010 já se falava de uma *visão de bilinguismo no ensino de Língua Portuguesa*, conforme segue:

Nesse sentido, a visão do ensino de Língua Portuguesa escrita, para os surdos, deve contemplar uma visão bilinguista de ensino, uma vez que esses aprendizes fundamentam o aprendizado da língua-alvo em sua língua natural, como todos nós, aliás. A visão bilinguista defende a utilização da Língua de Sinais em toda prática pedagógica relacionada ao ensino não só de uma outra língua, mas de todas as disciplinas/habilidades pertinentes ao ensino formal/informal, posicionando-se a favor da ideia de que a Língua de Sinais é fundamental para o desenvolvimento pleno dos surdos, enquanto a Língua Portuguesa constitui ferramenta importante para a sua inclusão social (Araújo, 2010, p. 112).

O bilinguismo de surdos também foi abordado por Bueno (2009), com a criação de um ambiente virtual de aprendizagem para a atração de jovens surdos, objetivando o desenvolvimento de suas competências linguísticas em conversas informais. As mudanças estruturais entre a Libras e a língua portuguesa são ressaltadas, uma vez que é comum a mera tradução de palavras de uma língua para outra, algo que compromete o sentido comunicacional, caso não haja um acompanhamento correto. “O professor precisa conversar em Libras sobre os temas da leitura. Além disso, chamar a atenção para elementos linguísticos do texto é uma estratégia válida para a criança que está aprendendo a ler” (Bueno, 2009, p. 37).

O trabalho de Paula Júnior (2009) também reforça a importância do uso das tecnologias digitais na alfabetização de surdos, considerando o intenso movimento pela globalização e intensificação das comunicações nas redes *online*. Desta maneira, uma série de testes foi desenvolvida, com o objetivo de avaliar o nível de aprendizagem da Libras e da língua portuguesa. Cabe a diversificação das metodologias avaliativas desses sujeitos, que apresentam em seu cerne, a *memorização* e a *repetição* de conteúdos. Ao contrário disso, o uso das tecnologias possibilita uma aproximação com o contexto dos estudantes, com a utilização de recursos já conhecidos por eles.

Oliveira (2008) realizou uma pesquisa em uma escola inclusiva do Distrito Federal (DF), destacando a forma como o letramento de estudantes surdos é estimulado. A pesquisa mostra que as crianças chegam às escolas sem uma língua constituída, algo que prejudica o processo educacional. Ao serem automaticamente expostos à língua portuguesa, sem a construção de um referencial prévio, os estudantes se limitam à repetição e à memorização. Em função disso, as professoras observadas destacaram a importância da ludicidade e da

afetividade no desenvolvimento dessas atividades, com a apresentação da língua portuguesa como L2 em atividades sequenciais e que valorizam a construção da autonomia e criticidade.

Finalmente, Santos (2006) defende o uso de recursos tecnológicos no ensino de língua portuguesa aos estudantes surdos, destacando as relações de poder que estão envolvidas na legitimação de uma língua sobre outra, especialmente, para grupos minoritários.

A educação deve ser incorporada na vida dos sujeitos, comprometida com um projeto que concretize a utopia de relações humanas, um projeto autoritário, em um contínuo movimento de ir e vir em direção ao outro, aprendendo e ensinando (Santos, 2006, p. 124).

Por isso, estratégias pedagógicas pautadas na valorização da língua, cultura e identidade surda fortalecem a luta por reconhecimento, favorecendo a apropriação dos conhecimentos ministrados.

É possível encontrar uma série de defesas nos textos abordados, tendo em vista a importância da inserção social da pessoa surda no cenário nacional. Algumas das defesas são o uso das novas tecnologias, priorização da Libras, primeira língua dessa comunidade, no processo comunicacional, estímulo à formação inicial e continuada de professores, busca de recursos de fomento às estratégias pedagógicas pautadas no rompimento do tradicionalismo na educação, em prol de um ensino mais crítico e reflexivo, dentre outras correlatas.

Diante de tantos trabalhos interessados em uma alfabetização de surdos mais inclusiva, destacamos algumas questões: quais são as implicações de longo prazo, considerando as evidências das pesquisas contemporâneas sobre o ensino bilíngue de surdos? Como as práticas de exclusão e, por outro lado, de inclusão de surdos, afetam o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses alunos? Iniciamos a resposta da primeira pergunta, evidenciando que há muitas *denúncias* e ainda poucos *anúncios* sobre novas práticas pedagógicas mais progressistas.

Oito dos trabalhos, dentre as 24 bibliografias analisadas, correspondem às produções realizadas em Mestrados Profissionais. Sabemos que os trabalhos nesses cursos, são mais voltados à produção de materiais que apoiem a prática docente nas estratégias de ensino e aprendizagem. Não nos cabe avaliar quais trabalhos, em relação à sua origem, implicaram em maiores contribuições (dentre cursos acadêmicos e/ou profissionais), mas enfatizamos os tipos de materiais criados, que, em sua maioria, destinam-se à formação de professores, defendendo que a atualização dos conhecimentos a esses profissionais pode aperfeiçoar sua prática.

O material de Azevedo (2022) constituiu o *software Alfa Libras*ⁱⁱ para a alfabetização bilíngue das crianças surdas. Nas aulas dialogadas, as crianças receberam cartões a partir dos quais deveriam responder a uma série de atividades, como criar a correspondência sinal-palavra de alguns termos como laranja, maçã, abacaxi, abelha, elefante, lagarto, dentre outros. Reis (2022) disponibilizou um *e-portfólio*ⁱⁱⁱ que leva algumas atividades e bibliografias que podem ser usadas na alfabetização bilíngue de surdos, como a Literatura Surda, aplicativos úteis, atividades pedagógicas, vídeos instrutivos, dentre outros.

Gonzales (2022), ao organizar uma formação continuada aos professores da rede municipal de São Paulo, SP, estimulou a continuidade de atividades assim nas escolas. Em geral, os docentes buscam formação às suas próprias expensas, algo que torna difícil um controle dessas formações, além do fato de que estas devem ser ofertadas pelo poder público. Araújo (2010) criou um caderno de atividades que pode ser utilizado na formação continuada e na prática pedagógica. O material enfoca atividades de correspondência entre palavras e suas figuras, estimulando as competências visuais e a escrita. Reforçamos que esses materiais devem ser exaustivamente apresentados em diferentes oportunidades formativas, para que se eles possam ser testados, aperfeiçoados e, com a inspiração neles, outros produtos possam ser criados.

A longo prazo, é preciso que sejam pensadas estratégias conjuntas e mais situadas, sobretudo, com a articulação entre as escolas e as instituições de ensino superior, que podem subsidiar formações, criações e aplicações de novas práticas pedagógicas. Para isso, esses materiais devem ser problematizados em amplo aspecto. Outra vertente é a reflexão crítica sobre o *lugar* das escolas no desenvolvimento integral dos indivíduos surdos. Há diferentes narrativas que ressaltam os processos de exclusão, agregados a uma visão de que esses estudantes não *pertencem* ao espaço escolar.

Estratégias que considerem o desenvolvimento cognitivo e emocional, em conjunto com a adoção de novas práticas pedagógicas, podem favorecer a diminuição da evasão escolar, comum na comunidade surda. De acordo com Gomides *et al.* (2023), nota-se que quanto maior o nível de escolaridade, menor é a presença de surdos na educação. Isso ocorre porque sua língua não lhe é apresentada e estimulada, incorrendo na falta de motivação. Assim, a conscientização sobre a diversidade e o atendimento aos casos omissos (de exclusão e imposição de uma língua oral), devem ser tratados com seriedade pelas instituições. Os

conhecimentos também devem ser estabelecidos pela articulação aos contextos sociais dos indivíduos.

Conforme evidencia Martins Filho (2009), não se pode trabalhar a alfabetização, primando pela desconexão entre ela e a realidade social e cultural das crianças, entendendo-as em um processo de desenvolvimento e não como adultos em miniatura, limitados em sua expressão, sobretudo pela comunicação. Desta maneira, por alfabetização não se entende a mera aprendizagem técnica e mecânica, mas a devida problematização e conscientização acerca da realidade (Soares, 2006; Martins Filho; 2009). Cabe a valorização das interações e o trabalho diversificado com diferentes ferramentas, ancoradas na ludicidade, que favorece a aprendizagem mais fluida e significativa. A seguir, encaminhamos algumas considerações sobre o processo de pesquisa empreendido.

5 Considerações finais

A história da comunidade surda é um exemplo de resistência, superação e conquistas. A valorização das línguas de sinais e o reconhecimento da comunidade surda como minoria linguística e cultural são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. O desafio agora é continuar avançando na garantia dos direitos das pessoas surdas e na promoção da igualdade de oportunidades.

Na busca por responder à nossa questão de pesquisa: *quais os avanços da alfabetização de surdos desde o reconhecimento da Libras como a língua dessa comunidade?* Indicamos os seguintes pressupostos:

Reconhecimento linguístico e acesso educacional: Desde a legitimação da Libras como a língua da comunidade surda, pela Lei nº 10436/2002, a educação de surdos pôde se intensificar, com a busca de metodologias e pesquisas. Nota-se em nosso quadro-resumo, o aumento significativo das investigações promovidas na temática, a partir de 2006;

Desenvolvimento de materiais didáticos em Libras: Com a valorização das línguas de sinais, nota-se o aumento na produção de materiais educativos, o que facilita o aprendizado dos surdos e promove o desenvolvimento da sua alfabetização. A maioria das pesquisas ainda indica que essa produção é incipiente. Porém, encontramos vários trabalhos com produtos voltados a essa finalidade. O aumento na publicidade desses materiais poderia favorecer sua difusão e utilização *in loco*;

Formação de professores especializados: Outra defesa fundamental das pesquisas levantadas é a importância da formação inicial e continuada de docentes proficientes em Libras e capazes de articular suas estratégias pedagógicas à visualidade, identidade e cultura surda;

Fortalecimento da identidade surda: O reconhecimento da Libras e sua devida articulação às instituições de ensino tem o potencial de fortalecer a identidade dessa comunidade, promovendo o orgulho da sua cultura e língua própria. Isso também contribui para o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança dos surdos.

É inegável que nos últimos 21 anos, abriu-se um campo de pesquisas novo, comprometido com práticas pedagógicas antes desconsideradas, em face da imposição da pedagogia oralista que perdurou por anos. Percebemos que apesar de ser importante e substancial, o volume de pesquisas encontradas, ainda temos muito a avançar. A maioria dos trabalhos volta-se às denúncias sobre a opressão e o silenciamento, mostrando a resistência de docentes e instituições às próprias legislações que norteiam a educação de surdos no país.

A educação bilíngue de surdos parece se desenvolver de uma forma ainda incipiente e com poucas atividades situadas em rede. Isso dificulta o compartilhamento das experiências exitosas. Salientamos o número de trabalhos realizados nos Mestrados Profissionais, que demandam o desenvolvimento de um recurso educacional, além da realização e escrita da pesquisa, propriamente, como nos programas acadêmicos. Os recursos presentes nesses trabalhos podem ser um importante ponto de partida para o alargamento da utilização da gamificação, pedagogia visual e ludicidade, defesas estabelecidas pelas bibliografias levantadas.

A educação e a alfabetização de surdos na educação básica são direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cabe a todos os envolvidos no processo educacional, sejam eles gestores, professores, intérpretes ou famílias, o trabalho coletivo, em prol da inclusão e do desenvolvimento pleno dos alunos surdos. Assim, poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Esperamos que o presente trabalho possa estimular um contato mais estreito entre as universidades e as escolas, para projetos de maior escala e com a aplicação dos recursos educacionais criados, sua avaliação e constituição de materiais bilíngues (Libras-português).

Referências

ALMEIDA, Judith Mara de Souza. **Letramentos e surdez:** histórias de uma professora ouvinte no mundo dos surdos. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

ARAÚJO, Maria Teresa Abrahao de. **Alfabetização e letramento:** o aprendizado da língua portuguesa por sujeitos surdos. 2010. 155f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

AZEVEDO, Débora Karoline Silva de. **Concepção e desenvolvimento de um software educativo para apoio no processo da alfabetização bilíngue pela criança surda.** 2021. 155f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais) - Instituto Metrópole Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BARBOSA, Josilene Souza Lima. **A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas.** 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2011.

BOMFIM, Duanne Antunes. **O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental:** uma análise sob a perspectiva de professores. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

BOSCO, Daniella Cristina. **Educação Bilíngue para surdos:** práticas discursivas em tempos de inclusão. 2014. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.294** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436** de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146** de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.191** de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. 2021. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BUENO, Juliana. **Requisitos para um ambiente de comunicação como ferramenta de apoio à alfabetização bilíngue de crianças surdas**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Informática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CARIDADE, Nelcicleide Viana Dias. **Práticas pedagógicas de língua portuguesa na alfabetização com estudantes surdos no Centro de Atendimento ao Surdo Amapá**. 2023. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2023.

CHIELA, Vânia Elizabeth. **Mosaico da escola de surdos: fragmentos da Educação Bilíngue**. 2015. 226f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

DRUMOND, Andréa Hees. **Escola bilíngue para surdos: constituição de práticas que configuram um espaço bilíngue**. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

DUARTE, Kleyver Tavares. **História da alfabetização: leitura e escrita para surdos (1962-1986)**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

FERNANDES, Sueli.; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2, p. 51-69, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/zJRcjzGsfFnKpbqTDh7ykK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004. p. 148.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz *et al.* Surdez e educação superior: contribuições das novas tecnologias para o bilinguismo nas universidades. **Revista SCIAS Língua de Sinais**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2023. DOI: 10.36704/sciasls.v2i2.7983. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/7983>. Acesso em: 1 dez. 2024.

GONZALES, Daniela de Fátima Barbosa. **Alfabetização e letramento: desafios e possibilidades na prática pedagógica no ensino bilíngue de Surdos**. 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022.

HOLLOSI, Marcio. **Professor surdo: desafios na construção de uma prática bilíngue.** 2019. 192f. Tese (Doutorado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

LIMA, Ezer Wellington Gomes. **Um estudo sobre a escrita inicial de crianças surdas em fase de alfabetização.** 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2014.

MARINS, Cássia Lobato. **Processos de construção e desenvolvimento de currículos para surdos com deficiência em uma escola bilíngue para surdos.** 2015. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARTINS FILHO, Lourival José. **“Tem azeite na botija?”** Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Florianópolis - SC. 2009. 157f. Tese (Doutorado em Teologia) - Escola Superior de Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-graduação. São Leopoldo, RS. 2009.

MENEZES, Isabela Marinho; LOPES JUNIOR, Dejahyr; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz. Educação inclusiva e formação de professores: a Libras como disciplina nas Licenciaturas em Matemática. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6581>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco; 1999.

MORAIS, Mariana Peres de; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação bilíngue inclusiva para surdos como espaço de resistência. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 31, e20180089, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/7wZPwHzwnLHzrf9jmFQtQGP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MÜLLER, Janete Inês et al. Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. **Nonada: Letras em Revista**, v. 2, n. 21, p. 1-15, 2013. Alegre, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451671022.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

OLIVEIRA, Sônia Ferreira de. **Letramento de alunos surdos em Classe Bilíngue: possibilidades e desafios.** 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PAULA JÚNIOR, Lauro José de. **Avaliação de capacidades associadas à alfabetização bilíngue de crianças surdas: um protótipo de sistema web baseado numa metodologia da Psicologia Experimental.** 2009. 86f. Dissertação (Mestrado em informática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

QUEIROZ, Alicyary Moreira. **Literatura surda nas práticas de professores surdos em escola bilíngue.** 2021. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação e Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

RAMOS, Eliane de Souza. **Alfabetização e letramento de alunos com surdez no ensino comum**. 2018. 288. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

REIS, Bianca Moraes Dantas. **Tecnologias digitais para a alfabetização de surdos: portfólio digital como suporte pedagógico**. 2022. 80f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022.

RODRIGUES, Ednalva Gutierrez. **A alfabetização/educação de surdos na história da educação do Espírito Santos**. 2014. 209f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014.

RODRIGUES, Flávia Amorim. **Contribuições do pensamento de Paulo Freire para a alfabetização bilíngue em Libras/Português de crianças surdas**. 2020. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

SANTOS, Mariana Moraes dos. **Letramento, surdez e identidade**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

SILVA, Francisca Maria Cerqueira da. **As Práticas de letramento de alunos com surdez na perspectiva bilíngue em espaços de AEE**. 2015.166f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Araguaína, 2015.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2006.

Notas

ⁱ Também chamado de Método Audiofonatório, esse método estimula, ao mesmo tempo, a fala e a voz, com a adoção de aparelhos auditivos ou implantes cocleares.

ⁱⁱ Disponível em: https://www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=12499#google_vignette. Acesso em: 01 dez. 2024.

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://sites.google.com/view/educacaodosurdo/v%C3%ADdeos?authuser=0>. Acesso em: 01 dez. 2024.

Sobre os autores

Isabela Marinho Menezes

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande, especialista em Língua Brasileira de Sinais (Libras), pela Faculdade Campos Elíseos, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação a Distância, Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Batista de Minas Gerais, licenciada em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-campus Presidente

Prudente). E-mail: isabelamenezes@mec.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4863-215X>.

Lourival José Martins Filho

Diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 na área de Política, Planejamento e Avaliação Educacional. Professor Titular de Alfabetização e Letramento na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Integrante da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF); do GT-10 Alfabetização, Leitura e Escrita da Associação Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Educação (ANPED) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Licenciado em Pedagogia, licenciado em Letras, especialista em Alfabetização, mestre em Educação e Cultura, doutor em Teologia com ênfase em Educação e Religião. Estágio pós-doutoral na Escola de Educação e Humanidades da PUC/PR. E-mail: lourivalfilho@mec.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8464-7236>.

Paula Aparecida Diniz Gomides

Licenciada em Pedagogia (Libras-Língua Portuguesa) pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Mestra em Educação pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), doutora em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: paulagomides@ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4699-4309>.

Recebido em: 15/10/2024

Aceito para publicação em: 01/12/2024